



Nº INF/194/2022/DSPE/DGAE

Data 16/05/2022

Nº do Proc.º PROC/14/2019/DSPE/DGAE

PARECERES

Visto com apreço. Concordo com a proposta.

À consideração superior,

26.05.2022

Anabela Silva

Anabela Silva

Diretora de Serviços

DESPACHO

Visto.

Concordo com a  
proposta do ponto III.  
Remeta-se igualmente  
ao Gab. MEM.

F. Dias

03.06.2022

Fernanda Ferreira Dias  
Diretora-Geral

Assunto: Rede SME Envoy | Reunião Luxemburgo | 30 e 31 março

Código: SCE: 401

Nº total de páginas desta IS incluindo  
anexos: **10 +**

**Objetivo da IS:**

A presente informação de serviço pretende efetuar o relato da reunião da Rede de SME Envoys, que teve lugar nos passados dias 30 e 31 de março, em Mondorf, Luxemburgo. A Delegação Portuguesa foi constituída por Nuno Gonçalves (IAPMEI) e Ana Costa Paula (DGAE).



### Sumário Executivo:

Realizou-se nos dias 30 e 31 de março em Mondorf (Luxemburgo), mais uma reunião da Rede de SME Envoys, da qual se destacam os seguintes pontos da agenda:

- **Impact on smes of the russian aggression against ukraine and sanctions**, no qual foi feito ponto de situação relativo ao comércio e investimento direto estrangeiro entre a UE e a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia; principais desafios para as empresas identificados; resposta europeia;
- **Green deal and sustainability:**
  - ✓ Apresentação das principais conclusões da edição de 2022 do **flash eurobarometer sobre pequenas e médias empresas (PMEs)**, eficiência de recursos e mercados verdes, lançado em março;
  - ✓ apresentação da **Diretiva Corporate Sustainability Due Diligence (CSDD) e impacto nas PME;**
  - ✓ ponto de situação relativo **ao Corporate Sustainability Reporting e seu impacto nas PME - EU Taxonomy Climate Delegated Act e Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).**
- **Better Regulation (F4f and SME Filter):** Ponto de situação relativo à implementação do SME Filter, um primeiro filtro das iniciativas legislativas anunciadas no portal “Have you Say” que requerem uma avaliação de impacto sinalizando à Comissão aquelas que merecem atenção especial do ponto de vista das PME.
- **Resilience and Recovery, implementation of the national plans for SMEs:** Neste ponto, a COM efetuou uma curta apresentação com o objetivo de mostrar o peso do apoio dado às PME nos vários Planos de Recuperação e Resiliência Nacionais, ao qual se seguiu um ponto de situação da implementação do vários PRR, nomeadamente o de PT.

## I. INTRODUÇÃO

Realizou-se nos dias 30 e 31 de março em Mondorf (Luxemburgo), mais uma reunião da Rede de SME Envoys. A Delegação Portuguesa foi constituída por Nuno Gonçalves (IAPMEI) e Ana Costa Paula (DGAE).

## II. INFORMAÇÃO

### **PONTO: *IMPACT ON SMEs OF THE RUSSIAN AGGRESSION AGAINST UKRAINE AND SANCTIONS***

Neste ponto da agenda, a COM efetuou um ponto de situação relativo ao **Comércio e Investimento Direto Estrangeiro entre a UE e a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.**

Peso das Exportações | Rússia, Ucrânia, Bielorrússia (2021)<sup>1</sup>:

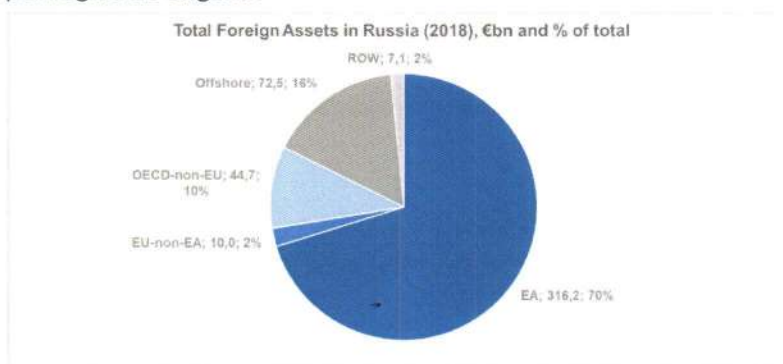
| Exporter  | Share of Russia in total exports | Share of Ukraine in total exports | Share of Belarus in total exports |
|-----------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Portugal  | 0.3%                             | 0.1%                              | 0.02%                             |
| <b>EU</b> | <b>1.7%</b>                      | <b>0.5%</b>                       | <b>0.1%</b>                       |

Peso das Importações | Rússia, Ucrânia, Bielorrússia (2021)<sup>2</sup>:

| Importer  | Share of Russia in total imports | Share of Ukraine in total imports | Share of Belarus in total imports |
|-----------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Portugal  | 1.3%                             | 0.4%                              | 0.01%                             |
| <b>EU</b> | <b>3.0%</b>                      | <b>0.5%</b>                       | <b>0.1%</b>                       |

Setores europeus com maior dependência de importações russas: indústrias intensivas em energia (petróleo, gás, eletricidade), setor metalúrgico e sector dos transportes marítimos e aéreos.

– IDE na Rússia por região de origem<sup>3</sup>:



Principais desafios para as empresas identificados:

| Information needs  | Availability of:  | Higher costs  |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Sanctions               <ul style="list-style-type: none"> <li>How applied</li> <li>Who is affected</li> </ul> </li> <li>Countermeasures</li> <li>Future risks</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Inputs, raw materials</li> <li>Labour</li> <li>Markets (sanctions)</li> <li>Transport</li> <li>Payment systems</li> <li>Insurance</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Energy</li> <li>Other inputs</li> <li>Logistics</li> </ul> |

Resposta europeia:

- No que se refere à necessidade de informação, a COM referiu um conjunto de instrumentos, nomeadamente: [sanctions webpage](#); [Sanctions Map](#) (dispõe de uma ferramenta para denunciar violações de sanções); Mailbox funcional [EC-Russia-Sanctions@ec.europa.eu](mailto:EC-Russia-Sanctions@ec.europa.eu), também dedicada à Bielorrússia, para questões sobre sanções.
- No que toca ao financiamento, referência feita ao: [Fundo de Recuperação e Resiliência](#) e ao [Temporary State Aid Framework](#).
- Também a rede de Clusters e a *Enterprise Europe Network* têm vindo a desenvolver um conjunto de ações, nomeadamente: Inquérito sobre disrupções nas cadeias de abastecimento; *EEN Supply*

<sup>1</sup> Fonte: COMEXT

<sup>2</sup> Fonte: COMEXT

<sup>3</sup> Fonte: *FinFlows database updated and maintained by JRC and ECFIN*



*Chain Resilience Platform* com o objetivo de ajudar as empresas – especialmente PME – que enfrentam escassez de oferta a encontrar parceiros.

<https://supply-chain-resilience-platform.b2match.io/>; [European Cluster Collaboration Platform](#)

De uma maneira geral, os comentários dos EM e *Stakeholders* focaram-se na necessidade de promover uma diversificação dos fornecedores de energia para minimizar a escalada de preços, com forte impacto na economia europeia; uma maior flexibilidade na aplicação dos Fundos de Recuperação e Resiliência; apoio às PME no acesso a novos mercados.

Sobre este tema, e dada a sua relevância, COM solicitou aos EM e *Stakeholders* que se disponibilizassem para assumir o acompanhamento da evolução das sanções e o seu impacto nas PME com o intuito de reportar à Rede. A Suécia mostrou-se disponível para assumir este papel, que poderá ser partilhado com outro EM e com *Stakeholders*.

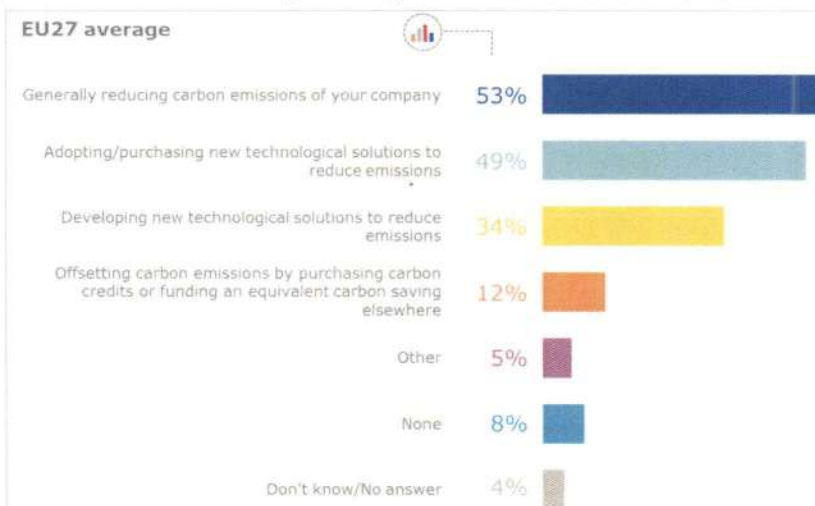
Também a França e Espanha se disponibilizaram para assumir o papel de relatores do tema energia e o seu impacto nas PME.

#### PONTO: *GREEN DEAL AND SUSTAINABILITY*

#### *FLASH EUROBAROMETER, SMEs, GREEN MARKETS AND RESOURCE EFFICIENCY*

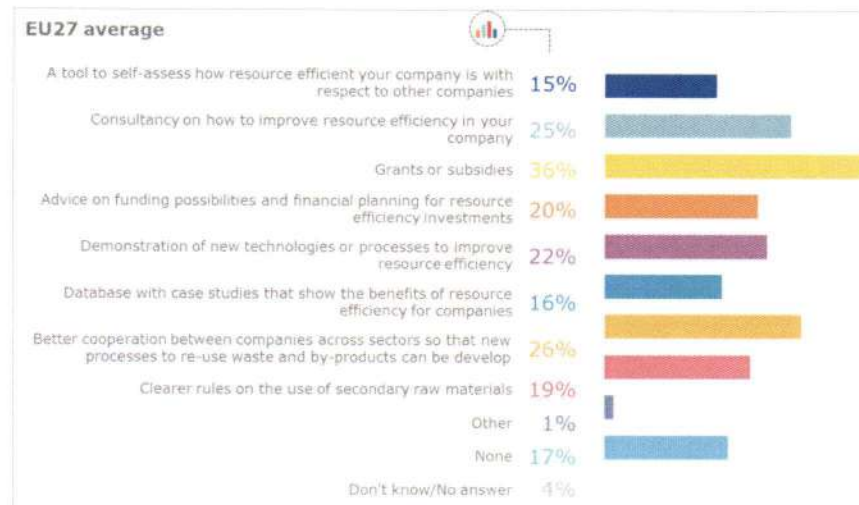
Foram apresentadas as principais conclusões da edição de 2022 do *Flash Eurobarometer* sobre PME, eficiência de recursos e mercados verdes, lançado em março. Principais aspetos:

- 20% das PME europeias têm uma estratégia para reduzir a sua pegada de carbono e atingir a neutralidade carbónica; 4% já atingiram essa neutralidade carbónica;
- O número de empresas que oferecem produtos ou serviços verdes tem vindo a crescer;
- 89% das PME estão a tomar medidas para se tornarem mais eficientes na utilização de recursos nas suas operações; 77% das PME estão a planear tomar medidas adicionais nos próximos 2 anos para se tornarem ainda mais eficientes na utilização de recursos.
- Ações que as PME estão a tomar para atingirem a neutralidade climática:





- Ações que mais ajudariam as PME a se tornarem verdes e mais eficientes em termos de recursos:



Flash Eurobarometer 498 - SMEs, green markets and resource efficiency / Fieldwork: 08/11 - 10/12/2021 / (%) Base: n=2 930  
– SMEs with a concrete strategy in place to reduce carbon footprint

### ***DIRECTIVE ON CORPORATE SUSTAINABILITY DUE DILIGENCE (CSDD)***

Adotada em fevereiro de 2022, a diretiva aplica-se às seguintes empresas:

- Empresas europeias com mais de 500 funcionários e mais de 150 milhões de euros de turnover global líquido;
- Empresas europeias que operam em setores de alto impacto com mais de 250 funcionários e um turnover global líquido de 40 milhões de euros;
- Empresas não pertencentes à UE que estão ativas na UE e geram volume de negócios na UE que excede os limites acima mencionados.

Espera-se que estas empresas monitorizem e otimizem o seu desempenho em relação a questões como trabalho infantil, exploração de trabalhadores, condições de trabalho seguras e saudáveis, perda de biodiversidade, poluição, através de um conjunto de atividades de *due diligence*. Espera-se que os Estados-Membros imponham sanções eficazes.

Impactos:

- O custo da *due diligence* por empresa é considerável, mas relativamente baixo em comparação com a receita das empresas;
- As grandes empresas já incorrerão em custos de identificação de impactos adversos com base no CSRD (*Corporate Sustainability Reporting Directive*);
- A médio e longo prazo, espera-se que os benefícios gerais superem os custos;
- A competitividade intracomunitária das empresas não será afetada devido ao alcance da diretiva e ao facto de abranger empresas de países terceiros com um volume de negócios importante na UE;
- As empresas que operam em mercados globais verão um impacto negativo a curto prazo. No entanto, a médio e longo prazo, prevê-se que os benefícios superem os custos.

### **CORPORATE SUSTAINABILITY REPORTING AND TAXONOMY: RECENT DEVELOPMENTS**

A Comissão apresentou os “pilares” para o financiamento sustentável na UE, relevando a importância de existir uma Taxonomia Europeia, uma vez que para cumprir as metas climáticas e energéticas estabelecidas para 2030 e alcançar os objetivos do acordo verde europeu, é vital que direcionemos os investimentos para projetos e atividades sustentáveis. A pandemia de COVID-19 veio reforçar esta necessidade de redirecionar o financiamento para projetos sustentáveis, a fim de tornar as economias, empresas e sociedades, em particular os sistemas de saúde, mais resilientes aos choques climáticos e ambientais.

Neste sentido, torna-se necessária uma linguagem comum e uma definição clara do que é “sustentável”. É por isso que o plano de ação para financiar o crescimento sustentável prevê a criação de um sistema de classificação comum para atividades económicas sustentáveis, uma *EU Taxonomy*.

O Regulamento de Taxonomia entrou em vigor em julho de 2020 e estabelece a base para a taxonomia da UE, definindo 4 condições gerais que uma atividade económica deve atender para se qualificar como ambientalmente sustentável. Nos termos do Regulamento, a Comissão teve de apresentar a lista de atividades ambientalmente sustentáveis, definindo critérios técnicos de seleção para cada objetivo ambiental através de atos delegados.

Um primeiro ato delegado sobre atividades sustentáveis para os objetivos de adaptação e mitigação das alterações climáticas o “*EU Taxonomy Climate Delegated Act*” é aplicável desde janeiro de 2022

#### Setores cobertos:

|                     |             |                      |
|---------------------|-------------|----------------------|
| Floresta            | Água e Lixo | ICT                  |
| Produção Industrial | Transportes | Investigação         |
| Energia             | Construção  | Serviços Financeiros |

#### **Climate Delegated Act e as PME:**

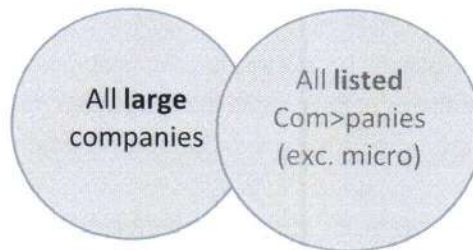
- Não se encontram diretamente sob o escopo do ato delegado;
- Os empréstimos às PME representam aproximadamente 30% das carteiras de crédito dos bancos europeus;
- Uma pequena parte das PME opera efetivamente em setores de alto impacto, como, por exemplo, indústria transformadora (cerca de 8,5% da UE-28), construção (14,6%). A grande maioria está em vendas (25,8%), atividades profissionais, científicas e técnicas (18,9%) ou administrativas, (6,8%) que não são abrangidos pela Taxonomia;
- Nenhuma obrigação para as empresas financeiras de comunicar a exposição às PME até 1 de janeiro de 2025, sujeita a uma análise e ao resultado de uma avaliação de impacto;
- Interações planeadas com o EFRAG<sup>4</sup> e 'modelos simplificados' para relatórios de PME.

<sup>4</sup> European Financial Reporting Advisory Group

Outro elemento-chave deste pacote é a Proposta de Diretiva “*Corporate Sustainability Reporting Directive*” (CSRD) que tem por objetivo:

- Reduzir os riscos sistémicos para o sistema financeiro decorrentes das mudanças climáticas e outras questões de sustentabilidade;
- Possibilitar o fluxo de capital privado para empresas que abordem e não agravem a crise de sustentabilidade;
- Tornar as empresas mais responsáveis pelos seus impactos nas pessoas e no meio ambiente;
- Simplificar e reduzir custos desnecessários para empresas que efetuam o reporte.

Âmbito da Proposta:



- Inclui empresas não pertencentes à UE listadas em mercados regulamentados da UE;
- PME cotadas: 3 anos de introdução progressiva e regime de comunicação mais simples;
- Subsidiárias isentas se a empresa “controladora” reportar de acordo com os requisitos da UE (ou equivalente se não for empresa da UE).

**A CSRD e as PME:**

| PMEs Listadas   | Restantes PMEs  |
|---|---|
| “Caem” no âmbito da proposta, mas 3 anos depois de grandes empresas | Não há novos requisitos legais, mas podem utilizar standards de PME proporcionais numa base voluntária  |
| Objetivo: não reduzir o acesso ao financiamento                     | Objetivo: garantir que não sejam excluídas deste processo de transição. Partilhar informações de sustentabilidade será cada vez mais parte da prática de negócios |

- A proposta não impõe nenhum novo requisito à grande maioria das pequenas empresas;
- Os requisitos de comunicação desta proposta não se aplicam a PMEs com valores mobiliários cotados em mercados de PME em crescimento ou sistemas de negociação multilateral (MTF), permitindo às PME aceder aos mercados de capitais sem impor requisitos de comunicação adicionais;
- O EFRAG e a COM irão desenvolver standards mais simples para PME não listadas, de acordo com o princípio da proporcionalidade, a utilizar numa base voluntária. Isto deverá ajudar as PME a responder aos bancos e grandes empresas clientes que exigem cada vez mais informações sobre sustentabilidade.

Também deve ajudar as PMEs que estão na cadeia de abastecimento de grandes empresas a responder às solicitações de informações de sustentabilidade nos casos em que as grandes empresas precisarem de reportar sobre a sua cadeia de abastecimento.



#### Comentários EM:

- Trata-se de um pacote de medidas muito abrangente para ajudar a melhorar o fluxo de financiamento para atividades sustentáveis em toda a União Europeia.
- Saudada a exclusão das PME do âmbito da Diretiva CSDD, uma vez que o ônus financeiro e administrativo para estabelecer e implementar um processo de *due diligence* seria extremamente alto e impactaria as PME de forma desproporcional. Além disso, não possuem o *know-how* e o poder de mercado necessários. No entanto, foi sublinhado um receio generalizado quanto aos efeitos negativos nas PME, uma vez que as empresas abrangidas pela diretiva terão de identificar potenciais efeitos adversos na sua cadeia de abastecimento.
- Por outro lado, e ainda em relação à Diretiva CSDD, apesar das grandes empresas serem obrigadas a fornecer apoio às PMEs que se encontram na sua cadeia de abastecimento, existem dúvidas em como esse apoio será prestado. Do mesmo modo, a obrigação de apresentar um relatório de avaliação anual detalhando a implementação das obrigações de devida diligência terá um impacto nas PME e impõe encargos administrativos adicionais para além das obrigações de comunicação da CSRD.
- Também a questão da passagem das obrigações para as PME foi mencionada no âmbito da CSRD e sublinhada a necessidade de ser adotada de forma progressiva;
- Necessidade de definição de ferramentas para *compliance* destes requisitos sem serem demasiado onerosos;

Comissão: se as PME querem ter acesso ao capital têm de fornecer informação. CSRD é dirigido aos investidores, mas naturalmente que eles precisam de ter informação das PME para poderem efetuar as suas decisões de investimento.

#### **PONTO: BETTER REGULATION (F4F AND SME FILTER)**

Feito ponto de situação relativo à implementação do SME Filter, um primeiro filtro das iniciativas legislativas anunciadas no portal “*Have you Say*” que requerem uma avaliação de impacto e sinalizar à Comissão aquelas que merecem atenção especial do ponto de vista das PME.

Em termos operacionais:

- O secretariado da Rede SME Envoys analisa regularmente as iniciativas publicadas no portal, lista-as em uma tabela e propõe para cada uma a sua relevância para as PME;
- De duas em duas semanas, a listagem é distribuída à Rede SME Envoys para reação no prazo de 5 dias úteis. **Até 30 de março foram circulados 4 lotes de iniciativas;**
- Se houver solicitação de alterações, serão dados 5 dias adicionais para apoiar essas alterações;
- A lista final de iniciativas será validada pelo EU SME Envoy e publicada na página web da DG GROW / SME Envoys Network;
- A versão pública do filtro PME listará iniciativas que podem ser relevantes ou altamente relevantes (sem distinção entre as duas). Caso a Rede considere que uma iniciativa pode ser altamente relevante, são adicionadas informações adicionais para sinalizar os motivos subjacentes;
- O SME Envoy alertará o *Regulatory Scrutiny Board* e os departamentos relevantes da Comissão sobre a publicação/atualização do filtro PME;

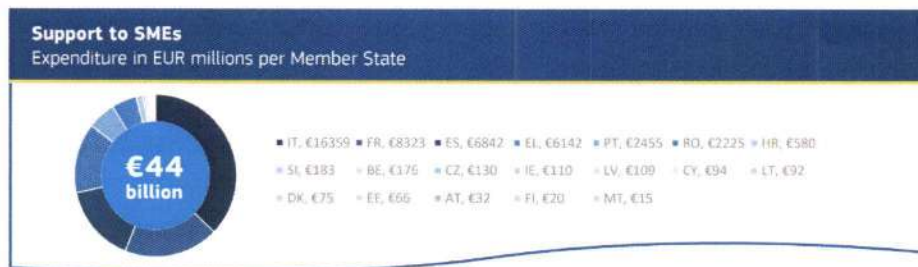




- O SME Envoy europeu deverá reportar os resultados do processo de filtragem no máximo 1 mês após a publicação da proposta legislativa no portal “Have You Say”.

#### PONTO: RESILIENCE AND RECOVERY, IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL PLANS FOR SMEs

Neste ponto, e antes de passar a palavra aos EM, a COM efetuou uma curta apresentação com o objetivo de mostrar o peso do apoio dado às PME, no vários Planos de Recuperação e Resiliência Nacionais:



Note: This chart shows estimated expenditure based on the pillar tagging methodology for the Recovery and Resilience Scoreboard and corresponds to the measures allocated to the policy area “Support to SMEs” as primary or secondary policy areas. Other measures can also be relevant for SMEs. See also the Country Overview section.

Source (link to the SME fiche): [3\\_SME.pdf \(europa.eu\)](#)

Na sua intervenção, PT sublinhou algumas medidas nas várias dimensões do PRR, nomeadamente na dimensão “Resiliência” referindo a iniciativa das Agendas e os seus dois segmentos Agendas Mobilizadoras e Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, bem como a capitalização do Banco Português de Fomento. Na dimensão “Transição Climática”, referência feita à iniciativa Descarbonização da Indústria. Na dimensão Transição Digital, referência à Componente C16, “Empresas 4.0” e aos seus três investimentos: Capacitação digital das empresas, Transição Digital das Empresas e Catalisação da transição digital das empresas. Quanto às iniciativas, referência feita aos Polos de Inovação Digital, à Rede Nacional de Test Beds, aos Bairros Digitais e ao Coaching 4.0.

### III. CONCLUSÃO e PROPOSTA

Propõe-se dar conhecimento desta informação ao Gabinete de S.Exa. o Secretário de Estado da Economia, bem como junto das entidades que integram o Grupo Técnico de Acompanhamento do SBA.

À consideração superior,

Ana Costa Paula,  
Chefe de Divisão

#### ANEXOS:

- Agenda;
- PPT - *Impact on smes of the russian aggression against ukraine and sanctions*;
- PPT - *Flash eurobarometer, smes, green markets and resource efficiency*;
- PPT - *Directive on corporate sustainability due diligence*;
- PPT - *Corporate sustainability reporting and taxonomy: recent developments*;
- PPT - *Resilience and recovery, implementation of the national plans for smes.*

